

**Para embaixador, apontar trabalho escravo na plantação de cana-de-açúcar é distorcer a realidade**

*Ana Luiza Zenker, da Agência Brasil*

Não se pode dizer que há trabalho escravo na plantação de cana-de-açúcar somente por ser possível encontrar na atividade situações de trabalho em condição degradante. Foi o que afirmou ontem (3) o subsecretário-geral de Energia e Alta Tecnologia do Itamaraty, embaixador André Amado. Para ele, isso seria uma distorção da realidade.

“Eu acho que é uma distorção da parte de pessoas que querem [simplesmente] distorcer [a realidade], não é uma alegação que se baseie em fatos”, disse Amado durante entrevista coletiva sobre a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis.

Questionado sobre o que o governo brasileiro diria frente a críticas de que o setor de produção de açúcar e álcool emprega pessoas em condições análogas à escravidão o embaixador afirmou que existe uma confusão sobre o que seria trabalho escravo e o que é, na definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), trabalho em condição degradante.

“O que nos deixa um pouco indignados é essa preocupação de qualificar o trabalhador rural, porque faz um trabalho muito difícil, à luz do sol, horas a fio, como um escravo. Por quê? Ele tem condições muito difíceis de vida, mas são condições muito difíceis de vários trabalhadores rurais e urbanos brasileiros e nem por isso eles podem ser considerados como escravos. Isso faz parte de uma campanha de denegrimento da atividade de produção de biocombustíveis no Brasil”, argumentou.

De acordo com o embaixador, mesmo os movimentos sociais concordam que, pelo menos em São Paulo, estado responsável por cerca de 60% da produção de cana-de-açúcar do Brasil, os casos encontrados seriam de trabalho em condições degradantes e não trabalho escravo.

Sobre o emprego de crianças na lavoura de cana, Amado concordou que sua existência é provável, mas argumentou que não há como dizer a um produtor no Nordeste, por exemplo, que não empregue o seu filho. “O governo está dizendo isso há muito tempo, o Ministério do Trabalho está dizendo isso há muito tempo, o Ministério Público está fiscalizando isso, mas um que outro caso continua acontecendo e isso é suficiente pra botar o rótulo em toda a atividade como empregadora de crianças?”, questionou.

Ainda de acordo com Amado, os ganhos sociais da produção de etanol no Brasil são muito grandes. Segundo ele, a atividade emprega cerca de 1 milhão de trabalhadores e o setor é o que mais tem carteiras assinadas. “É impressionante o que esse setor incorporou de mão-de-obra talvez flutuante ou desempregada nas áreas de plantação de cana-de-açúcar”, destacou.

A Conferência Internacional sobre Biocombustíveis será realizada em São Paulo, de 17 a 21 de novembro. Ela foi anunciada pelo presidente Lula na Assembléia Geral das Nações Unidas do ano passado e deve contar com a presença de representantes de vários países, incluindo técnicos e ministros.